



CONTRATO DE RATEIO

Pelo presente instrumento, firmam o Contrato de Rateio que entre si ajustam o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE IGUAÇU – CISI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 00.879.976/0001-86, com sede ao Prolongamento da Rua Iguaçu, s/n, Bairro Nazaré, na cidade de Medianeira, Paraná, neste ato representado pelo seu Presidente Luiz Carlos Ferri, doravante denominado **CONSÓRCIO** e o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIPULÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 95.725.057/0001-64, com sede à Rua São Miguel do Iguaçu, 1891, centro, na cidade de Itaipulândia, Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Miguel Bayerle, e Secretário Municipal de Saúde, Sr. Juarez José Bassani, Secretário de Finanças, o Sr. Isac Griebeler doravante designados apenas **CONSORCIADO**, contrato fundamentado na Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, regulamentada pelo Decreto n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, nos termos das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Contrato de Rateio tem como objeto estabelecer obrigações e normas para repasse de recursos financeiros ao **CONSÓRCIO** por parte do **CONSORCIADO**, decorrente da prestação dos serviços em saúde pública especializados da média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, despesas de administração e planejamento.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES

O **CONSORCIADO**, isolado ou em conjunto, bem como o **CONSÓRCIO**, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas neste contrato de rateio.

Parágrafo primeiro - São obrigações do **CONSÓRCIO**:

- I – Zelar, prezar e garantir a observância das regras contidas no estatuto do **CONSÓRCIO**;
- II – Efetuar distribuição dos números de vagas, entre os municípios consorciados, para as consultas realizadas na sede e externo a sede (quando as vagas forem limitadas) do **CONSÓRCIO**, de forma per capita baseada no número de habitantes - IBGE, garantindo o percentual pertencente a este **CONSORCIADO**;
- III – Orientar e disciplinar os encaminhamentos, para atendimentos especializados em saúde, pelo **CONSORCIADO** aos prestadores de serviços, na sede e exterior a ela.
- IV - Administrar e garantir a qualidade nos atendimentos dos usuários pelos profissionais das clínicas credenciadas na sede e externo a sede do **CONSÓRCIO**;
- V – Encaminhar mensalmente ao **CONSORCIADO**, relatórios e demonstrativos dos respectivos valores gastos para o imediato ressarcimento financeiro ao **CONSÓRCIO**;
- VI – Efetuar o pagamento dos prestadores credenciados, respeitando o disposto no contrato de prestação de serviços;
- VII – Manter o **CONSORCIADO** informado de qualquer mudança administrativa.

Parágrafo Segundo - São obrigações do **CONSORCIADO**

- I – Respeitar e prezar pelo bom andamento das atividades do **CONSÓRCIO**;
- II – Contribuir com o percentual de **10,07% (dez vírgula zero sete por cento)** correspondente ao município **CONSORCIADO**, conforme pactuado em Assembléia Geral realizada no dia 20 de novembro de 2014 referente às despesas administrativas do **CONSÓRCIO**;
- III - Repassar mensalmente ao **CONSÓRCIO**, os respectivos valores gastos devidamente informados no relatório entregue ao **CONSORCIADO**;

IV - Cumprir com as normativas estabelecidas pelo **CONSÓRCIO** no que se refere ao controle e regulação nos atendimentos, na sede ou exterior a ela;

V – Executar, acompanhar e controlar os gastos de acordo com o orçamento destinado ao **CONSÓRCIO**;

VI – Repassar ao **CONSÓRCIO** as informações que lhes forem solicitadas, por escrito, num prazo máximo de 48 horas;

VII – Comparecer às assembléias, reuniões e capacitações, sempre que for solicitado pelo **CONSÓRCIO**.

VIII – Buscar junto aos Governos Federais e Estaduais, novos subsídios para o crescimento e ampliação dos serviços prestados pelo **CONSÓRCIO**.

IX – Compromete o município **CONSORCIADO** a priorizar seu atendimento especializado pelo SUS ao **CONSÓRCIO**, quanto aos serviços disponibilizados.

X – Auxiliar na elaboração da Tabela de Preços Públicos do Consórcio em benefício dos Municípios **CONSORCIADOS**;

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato de rateio deverá ser assinado, em conjunto, pelo prefeito, pelo secretário de saúde e pelo secretário de finanças.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias constantes nos Anexos I, de acordo com o orçamento do **CONSORCIADO**, vigente para o exercício financeiro de 2016 definido pela Lei Orçamentária Anual - LOA, o qual deverá suportar o pagamento das obrigações contratadas, sob pena de constituir ato de improbidade administrativa.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso no decorrer no exercício, o **CONSORCIADO** efetuar a alteração orçamentária destinada ao **CONSÓRCIO**, deverá ser comunicado ao **CONSÓRCIO** com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS

Para custeio das despesas realizadas durante o exercício financeiro 2016, os recursos orçamentários serão provenientes, pelo **CONSORCIADO**, conforme especificado no Anexo I, do orçamento da entidade para dar suporte aos repasses para o **CONSÓRCIO** até o montante de **R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais)** e dos programas e convênios fixados em dotação orçamentária específica do **CONSÓRCIO** conforme Anexo II.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - É vedada a aplicação de recurso entregue por meio de contrato de rateio, inclusive os oriundos de transferências ou operações de crédito, para o atendimento de despesas classificadas como genéricas, ou seja, aquela em que a execução orçamentária se faz com modalidade de aplicação indefinida.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Não são consideradas como genérica as despesas de administração e planejamento, desde que previamente classificadas por meio de aplicação das normas de contabilidade pública.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO

O **CONSÓRCIO** fornecerá até o dia 30 (trinta) de cada mês as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do **CONSORCIADO**, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas e pagas impreterivelmente até o dia 15 (quinze) do mês seguinte, conforme os elementos econômicos, atividades e projetos atendidos, sob pena de suspensão dos serviços oferecidos até a regularização integral das despesas após 30 (trinta) dias de atraso conforme previsão no Art.43 do Estatuto Social.



PARÁGRAFO PRIMEIRO – As receitas e despesas contabilizadas no mês de Dezembro do respectivo ano serão repassadas pelo **CONSÓRCIO** ao **CONSORCIADO** até o dia 20 (vinte) do mês, e deverão ser pagas pelo **CONSORCIADO** até o último dia útil do referido ano para que possam ser computadas naquele exercício financeiro, sob pena de responsabilidade específica para o gestor do **CONSORCIADO** inadimplente, arcando também com as penas cominadas nos parágrafos seguintes.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A suspensão da prestação dos serviços será comunicada pelo Consórcio, via ofício, endereçado ao Secretário de Saúde e ao Prefeito do Município, para conhecimento e regularização do pagamento dos valores devidos.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caso haja restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o **CONSORCIADO** deverá informar ao **CONSÓRCIO**, mediante notificação assinada pelo prefeito, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista no contrato de rateio.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O **CONSÓRCIO** poderá adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites, de acordo com os serviços oferecidos, em caso de eventual impossibilidade do **CONSORCIADO** cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida em contrato de rateio.

CLÁUSULA SEXTA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato de rateio será de **01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016** e não será superior ao de vigência das dotações que o suportam, com exceção dos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em Plano de Ação Conjunta de Interesse Comum – **PLACIC**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Medianeira, Paraná, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões decorrentes do presente.

E por se acharem justos e acordados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Medianeira, 25 de novembro de 2015.

CONSÓRCIO
Presidente

CONSORCIADO
Secretário de Saúde

Secretário de Finanças


Prefeito Municipal


Sra. Milton
Gable

ANEXO I

RECURSOS MUNICÍPIOS

ELEMENTO	TITULO	ORÇAMENTO GERAL	PERCENTUAL ITAIPULÂNDIA 10,07%
3190	Pessoal e Encargos Sociais	409.719,52	41.258,76
319011	Venc. e vantagens fixas	306.722,68	30.886,97
919013	Obrigações Patronais	102.996,84	10.371,78
3390	Outras Despesas Correntes	520.850,00	52.449,60
339014	Diárias	25.000,00	2.517,50
339030	Material de Consumo	115.000,00	11.580,50
339032	Material, bem ou serviço distr.	10.000,00	1.007,00
339033	Passagens e despesas	25.000,00	2.517,50
339036	Outros Serviços de terceiros PF	10.000,00	1.007,00
339039	Outros Serviços de terceiros PJ	325.850,00	32.813,10
339047	Obrigações Tributárias	10.000,00	1.007,00
4490	Investimentos	130.000,00	13.091,00
449052	Equipamentos e Material Permanente	130.000,00	13.091,00
0,30%	Reserva de Contingência	15.678,90	1.578,87
TOTAL ADMINISTRATIVO		1.076.248,42	108.378,22
339050	Serviços Médicos	3.013.272,89	591.621,78
TOTAL ORÇAMENTO LIVRE		4.089.521,31	700.000,00

ANEXO II

RECURSOS DE PROGRAMAS E CONVÊNIOS

	CREDITOS	PERCENTUAL
Rendimento Aplicação Financeira	6.050,00	609,24
Repasso Convênio COMSUS	572.531,22	57.653,89
Contratualização BPA	1.131.397,47	113.931,73
TOTAL RECURSOS PROG. E CONV.	1.709.978,69	172.194,86

TOTAL ORÇAMENTO MUNICÍPIO

	ORÇAMENTO	PERCENTUAL
VALOR TOTAL	5.799.500,00	872.194,86